

PROBLEMAS. ¹⁸⁸ E A SOLUÇÃO?

O mais grave é a desorganização da economia. Para colocá-la em ordem, o realinhamento de preços é urgente.

Empresários de diversos setores do País consideram que a economia está extremamente desorganizada e que o realinhamento de preços não pode demorar mais, como afirmou o presidente-eleito da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul, Luiz Carlos Mandelli.

Já os empresários do setor moveleiro de São Paulo, através da Movesp (Associação das Indústrias do Mobiliário do Estado de São Paulo), se mostram apreensivos com a incerteza do momento econômico e afirmam que o setor está passando por um momento de an-

gústia por não saber o rumo que a economia pode tomar, e sentir por parte do governo uma grave indefinição das regras do jogo.

Segundo eles, a situação empresarial está dependendo de uma urgente tomada de posição do governo com relação à política econômica e de preços que deverá ser formalizada através de um plano de longa duração ou ao menos com duração de médio prazo.

Esses empresários alegam que não sabem mais o que dizer aos fornecedores, clientes e funcionários com relação ao futuro, e que toda estrutura montada antes do

Cruzado para conviver com o processo inflacionário já havia sido desativada. Para eles, esta indefinição pode resultar na deterioração de toda a indústria nacional.

Embora somente agora as lideranças empresariais das indústrias de ponta tenham conseguido negociar objetivamente um realinhamento dos preços de seus produtos com o governo, os fornecedores de matérias-primas, insumos, peças e componentes já os aumentaram há muito tempo, e em até 150%. Algumas indústrias encontraram fórmulas de repasse destas altas de custos para os consumidores finais. Outras estão absorvendo as diferenças — quando não muito grandes — através de uma redução nas margens de lucros, mas mantêm seus próprios preços inalterados. Outras, no entanto, que não têm como usar estas alternativas, já se ressentem da falta de fornecimento. É o resultado da especulação de estoques diante do aumento iminente.

"A economia está extremamente desorganizada", argumenta o presidente-eleito da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs), Luiz Carlos Mandelli. "É por isto que o realinhamento não pode demorar mais." Pelo menos três depoimentos colhidos em diferentes segmentos industriais daquele Estado demonstram exatamente esta "desorganização".

"Têm surgido dificuldades nas mais diversas áreas", disse o encarregado do setor de planejamento e materiais da Fras-Le — indústria de produtos de fricção —, de Caxias do Sul (a 131 quilômetros de Porto Alegre), Paulo Suzin. "Isto vem-se acentuando desde dezembro. E, com relação a alguns itens, dá para suspeitar que esteja ocorrendo uma retenção de produtos por parte dos fornecedores, porque a coisa se acentuou depois do anúncio dos aumentos de preços. Ocorre especialmente com grandes fornecedores da Grande São Paulo, principalmente aqueles que detêm faixas exclusivas ou quase exclusivas de mercado — os monopólios, praticamente."

O diretor-presidente da Grenedene S/A — maior indústria de calçados plásticos do País —, de Farroupilha (a 112 quilômetros da capital), Alexandre Grenedene Bartelle, afirma que 90% dos insumos de sua empresa tiveram aumentos de 30 a 40% nos últimos três meses, e que, para manter estáveis os preços de seus calçados tradicionais, teve os lucros de sua empresa reduzidos de 15 para menos de 10% no ano passado. Como pagou a diferença, no entanto, enfrentou poucos problemas de suprimento — exceto aqueles gerados pelo próprio aumento geral de demanda, acrescentou.

Mas o realinhamento mais drástico ocorreu no segmento de madeiras e embalagens em geral. O encarregado de suprimentos do grupo Eberle S/A — oito indústrias que produzem de baixelas a motores elétricos —, Antônio Boff, revelou, em Caxias do Sul, que estes insumos tiveram altas de até 150%. Todos os demais, segundo ele, também subiram, em proporções extremamente variáveis — o grupo tem mais de dois mil fornecedores. A alternativa encontrada para o repasse legal dos aumentos de custos, explicou Boff, tem sido os lançamentos de novos modelos e embalagens ou combinações de itens nos produtos de consumo.

Já o presidente da Federação de Clubes de Diretores Lojistas (CDL) do Rio Grande do Sul, Alberto Sehbe Simon, denunciou ontem que as próprias indústrias de ponta estão aumentando preços através de artifícios, e que, em razão disto, o comércio não tem conseguido se abastecer para atender à demanda, porque não pode repassar os aumentos.

Participação nos lucros

"Os pequenos e médios empresários do ABC aceitam a participação dos empregados nos lucros, mas rejeitam qualquer tentativa de dividir a administração de seus negócios com os sindicatos de trabalhadores, como insinuam alguns sindicalistas." A declaração é do empresário Cláudio Rubens, presidente da Anapemei (Associação Nacional das Pequenas e Médias Indústrias), ao analisar um dos 12 tópicos propostos pelo governo federal para o entendimento entre empregadores e empregados. Cláudio Rubens afirma que a posição da Anapemei é resultado de numerosas reuniões onde o tema "participação nos lucros" foi exaustivamente debatido. Já Antônio Lajarin, presidente do Sindicato dos Comerciantes do ABC, considera o assunto extremamente complexo e só viável também com a participação do governo, "que deve distribuir parcela dos muitos tributos que sacrificam as empresas para a composição dos lucros dos funcionários".

O presidente da Anapemei prevê "dificuldades naturais" para a implantação do sistema nas pequenas e médias empresas, "geralmente comandadas por uma única pessoa", mas garante que a aceitação será completa: "Só não queremos a intromissão dos sindicatos nas empresas. A participação de empregados nos lucros ou na parte acionária da empresa significará resultados positivos para o relacionamento capital-trabalho no Brasil."